

Economistas rejeitam idéia de Collor para a dívida

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — A bombástica proposta de Fernando Collor de Mello para a solução da dívida externa caiu como um estranho no ninho entre os especialistas do assunto. A idéia de retirar o aval da União da dívida com os bancos privados despertou grande curiosidade, suscitou muitas dúvidas e recebeu muito mais críticas do que elogios ao candidato do PRN à presidência da República. Para muitos economistas de renome, essa foi uma iniciativa que dará a Collor apenas o mérito de ter apresentado uma sugestão concreta para solucionar a crise da dívida, fugindo do surrado discurso geral, com o qual todos concordam, de que é preciso diminuir a sangria de recursos do país para o exterior.

— Não é uma proposta séria, é uma brincadeira. É do tipo de jogadinha que não faz nenhum sentido — condena o ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, puxando o coro dos economistas

que entendem que, se o que se pretende é demonstrar aos credores que o país não tem condições de pagar a dívida, seria mais interessante decretar logo a moratória, ao invés de fazê-la pela metade.

— É uma idéia genial — contrapõe o ex-ministro Delfim Neto, ressaltando porém que, como todas as outras iniciativas arrojadas na questão da dívida externa, seria imprescindível que fosse implantada em combinação com os credores.

Uma senha — O ex-presidente do Banco Central durante o governo do general Ernesto Geisel, Paulo Pereira Lira, interpretou a proposição de Collor “como uma senha de mudança na postura de tratamento do país em relação à problemática da dívida”, mas entende que a retirada do aval da União não significará muita coisa se não for acompanhada de propostas específicas para renegociação da dívida.

— Não é por aí — descarta com veemência o professor da USP Roberto

Macedo, presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, para quem a eliminação dos avais da União defendida pelo candidato do PRN é uma “piqueta jurídica” inconcebível. — Se não quer pagar, por que não dizer logo? A dívida é impagável mas os avais dados pela União não podem ser apagados.

A retirada dos avais da União, segundo o plano exposto pelo candidato do PRN, seria acompanhada da descentralização da negociação da dívida, permitindo-se então a negociação direta entre as entidades devedoras, empresas estatais, governos estaduais e municipais e os bancos credores. Imagina o ex-governador de Alagoas que, sem a garantia do governo federal, os credores terão de aceitar a renegociação em condições mais realistas dos empréstimos concedidos a projetos inviáveis, cujos tomadores dos recursos normalmente atravessam dificuldades financeiras. Por outro lado, as empresas em boa situação, como a Eletrobrás, conseguiriam se entender rapidamente com os

bancos, restaurando assim seus créditos no exterior e, conseqüentemente, suas possibilidades de obter novos recursos para investimentos.

Fato novo — Com a apresentação dessa estratégia para enfrentar a batalha da dívida, o caçador de *marajás* criou um fato novo na campanha eleitoral mas não conseguiu melhorar sua posição entre os entendidos no assunto. A maior parte dos diversos economistas ouvidos pelo JORNAL DO BRASIL ou está ligada a um dos candidatos à presidência ou é adepta de Collor, o que também ajuda a explicar as reações ao seu plano para a dívida.

— É uma proposta desastrosa, de quem não tem noção do que está falando — opinou o professor Edmar Bacha, que foi presidente do IBGE na época do Plano Cruzado e atualmente está engajado na candidatura de Mário Covas. — Trata-se de um erro de percepção, pois a diluição do número de participantes nas negociações da dívida diminuirá em vez de aumentar o poder de

barganha do país junto aos credores — vaticina.

— Retirar o aval da União parece o ovo de Colombo na questão da dívida, mas, na verdade, é a mais velha das idéias, pois significa não pagar a dívida — critica Antônio Carlos Porto Gonçalves, professor da Fundação Getúlio Vargas e adepto da candidatura de Guilherme Afif Domingos (PL).

— A proposta incorre num erro básico — reage também o professor da Universidade de Brasília (UnB) Dércio Garcia Munhoz, outro que participa do PSDB de Covas. O erro, segundo ele, é imaginar que o problema da dívida se deve às dificuldades de muitos devedores para obter cruzados a fim de comprar dólares para pagar os empréstimos. — As relações econômicas internacionais do Brasil é que não geram excedentes de dólares que permitam a liquidação da dívida junto aos credores, ainda que devedores finais tenham os cruzados correspondentes aos débitos.

Equivoco — A colocação feita por Munhoz é compartilhada pelo ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, que classifica a proposição de Collor como “uma idéia tecnicamente errada e politicamente equivocada”. Luís Gonzaga Belluzzo, que foi chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda na época de Funchal, vê o projeto de Collor como uma derivação da recente idéia de transformar a dívida externa brasileira em francos suíços, apresentada como solução fantástica para a crise da dívida. — É óbvio que o Banco Central da Suíça não concordaria, assim como os bancos credores não deverão aceitar a retirada dos avais da União de seus créditos.

O chefe do Centro de Estudos Monetários da Fundação Getúlio Vargas, do Rio, Paulo Nogueira Batista Júnior, é menos cético em relação a sugestão do candidato do PRN.

— Merece discussão. É uma idéia que tem aspectos positivos e negativos e, por isso, não pode ser descartada de antemão como inviável.